

CONHECIMENTO TRADICIONAL E A CULTURA IMATERIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS

*TRADITIONAL KNOWLEDGE AND INTANGIBLE CULTURE OF ARTISANAL FISHERMEN IN SÃO JOSÉ
DO NORTE/RS*

*CONOCIMIENTO TRADICIONAL Y CULTURA INMATERIAL DE LOS PESCADORES ARTESANALES EN
SÃO JOSÉ DO NORTE/RS*

SOUZA, Fabrício Paula de

FRANZ, Juliana Cristina

RESUMO

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa sobre a pesca artesanal do município de São José do Norte, com destaque aos códigos culturais na construção das identidades culturais dos pescadores. O desenvolvimento da pesquisa se deu no âmbito da Geografia Cultural, enfatizando a importância da análise dos símbolos e significados culturais atribuídos pelos grupos sociais em seu cotidiano, e seus códigos culturais, possibilitando a interpretação de suas identidades e diferenças. Nesta pesquisa, usou-se de metodologia qualitativa, que incluiu pesquisa bibliográfica, observação participativa e trabalho de campo em diferentes localidades pesqueiras do município de São José do Norte, com enfoque às questões culturais. Neste artigo, o conhecimento tradicional aparece como um dos códigos culturais imateriais que integram a identidade cultural dos pescadores artesanais de São José do Norte. Vista como um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de geração em geração, a cultura é discutida neste texto a partir de análises dos saberes-fazer, com destaque aos conhecimentos do ambiente natural empregados no desenvolvimento dos utensílios usados nas pescarias e o conhecimento necessário à prática pesqueira.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais. Códigos Culturais. Conhecimento Tradicional.

ABSTRACT

This text presents the results of a research on artisanal fishing in the municipality of São José do Norte, highlighting the cultural codes in the construction of the fishermen's cultural identities. The research was developed within the field of Cultural Geography, emphasizing the importance of analyzing the symbols and cultural meanings attributed by social groups in their daily lives, as well as their cultural codes, enabling the interpretation of their identities and differences. This research employed a qualitative methodology, which included bibliographic research, participatory observation, and fieldwork in different fishing communities in the municipality of São José do Norte, with a focus on cultural issues. In this article, traditional knowledge emerges as one of the intangible cultural codes that form part of the cultural identity of the artisanal fishermen of São José do Norte. Regarded as a body of knowledge, experiences, and cultural codes passed down from generation to generation, culture is discussed in this text through analyses of practical knowledge, with an emphasis on knowledge of the natural environment employed in the development of fishing tools and the knowledge required for fishing practices.

Keywords: Artisanal Fishermen. Cultural Codes. Traditional Knowledge.

RESUMEN

Este texto presenta los resultados de una investigación sobre la pesca artesanal en el municipio de São José do Norte, destacando los códigos culturales en la construcción de las identidades culturales de los pescadores. La investigación se desarrolló en el ámbito de la Geografía Cultural, enfatizando la importancia de analizar los símbolos y significados culturales atribuidos por los grupos sociales en su vida diaria, así como sus códigos culturales, lo que permite la interpretación de sus identidades y diferencias. Esta investigación empleó una metodología cualitativa, que incluyó investigación bibliográfica, observación participativa y trabajo de campo en diferentes comunidades pesqueras del municipio de São José do Norte, con un enfoque en temas culturales. En este artículo, el conocimiento tradicional emerge como uno de los códigos culturales inateriales que forman parte de la identidad cultural de los pescadores artesanales de São José do Norte.

Considerada como un conjunto de conocimientos, experiencias y códigos culturales transmitidos de generación en generación, la cultura se discute en este texto a través del análisis de conocimientos prácticos, con énfasis en el conocimiento del entorno natural empleado en el desarrollo de herramientas de pesca y el conocimiento necesario para las prácticas de pesca.

Palabras clave: Pescadores Artesanales. Códigos Culturales. Conocimiento Tradicional.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos configura-se como atividade tradicional e uma das principais fontes de renda para as comunidades interioranas do município de São José do Norte, região litorânea e lagunar do extremo sul do Rio Grande do Sul, constituindo comunidades tradicionais de pescadores. Por se valerem de uma ancestralidade tradicional, as comunidades pesqueiras elaboram e reelaboram saberes-fazer e práticas específicas, geralmente mais sustentáveis em relação à natureza, que lhes conferem tal peculiaridade. Além de suas atividades tradicionais, também produzem apegos e simbolismos em distintas relações culturais e identitárias, com destaque também às festividades, religiosidades, à culinária, às formas de comunicação, entre outros aspectos, característicos de cada localidade.

A partir desse contexto, buscou-se desenvolver uma pesquisa no âmbito da Geografia Cultural, enfatizando a importância da análise dos símbolos e significados culturais atribuídos pelos grupos sociais em seu cotidiano, e seus códigos culturais. Essa abordagem de leitura, no âmbito da Geografia Cultural, subdivide os elementos da cultura entre materiais e imateriais, e suas análises possibilitam uma compreensão acerca da construção de identidades culturais distintas. Assim sendo, os códigos culturais, tomados conjuntamente, possibilitam uma leitura de tais culturas a partir de suas expressões e representações no Espaço.

A pesca artesanal é reconhecidamente patrimônio imaterial do município de São José do Norte, por meio da lei municipal nº 866 de 2019. Tal documento, embora busque tal patrimonialização e se consolide enquanto um importante passo rumo ao reconhecimento, torna-se exíguo, na medida em que não exemplifica como tal cultura se apresenta contemporaneamente, bem como, seus instrumentos de salvaguarda.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou a compreensão dos elementos da cultura dos pescadores artesanais neste município, enfocando suas dimensões imateriais, o qual destacam-se a construção dos conhecimentos tradicionais. A pesquisa se justifica pela emergência de trazer as comunidades tradicionais à visibilidade nos estudos culturais e identitários, contribuindo ao investigar aspectos específicos de diferentes localidades, com o intuito de se obter uma compreensão mais ampla dos processos de manutenção e continuidade destas identidades culturais na pós-modernidade.

Tratando-se de uma cultura com um vínculo especial com o ambiente natural, o estudo das comunidades pesqueiras também contribui para ampliar a própria compreensão do conceito de cultura e patrimônio cultural na contemporaneidade, além de subsidiar o reconhecimento da cultura do contexto mencionado visando à sua salvaguarda.

Para atingir estas proposições, este texto parte de uma compreensão mais ampla do conceito de comunidade tradicional, em que se situa a diferenciação das comunidades tradicionais pesqueiras entre as demais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, etc.); em seguida, debate-se acerca do aprofundamento do conceito de cultura e identidade associados à leitura geográfica, emergindo também as questões territoriais; por fim, associa-se tal fundamentação às análises empíricas realizadas no município de São José do Norte. Menciona-se, ainda, que a pesquisa se desenvolveu com o apoio da Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por intermédio de bolsa de mestrado.

METODOLOGIA

Essa pesquisa lança um olhar pós-estruturalista à problemática. O pós-estruturalismo agrega nesta pesquisa por suas compreensões acerca das identidades culturais, que até o estruturalismo limitavam-se a a

partir de definições taxonômicas, arbitrárias e fechadas (SILVA, 2014; PETERS, 2000). No pós-estruturalismo, as compreensões de cultura e identidade se colocam como campo de luta em torno da imposição de significados sobre o mundo social, e na construção e resistência de sentidos e significados pelos grupos sociais marginalizados dada suas diferenças (SILVA, 2014). Assim, o pós-estruturalismo, constitui-se de “[...] uma complexa rede de pensamentos – que corporifica diferentes formas de prática crítica” (PETERS, 2000, p.29), que se caracteriza como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, logo, um método de investigação científica, entre fixação e desestabilização, entre o indivíduo e as coletividades, entre o particular e o geral, consolida a dimensão discursiva no estudo e compreensões das identidades e culturas (SILVA, 2014).

Os pescadores artesanais, neste sentido, mostrando-se enquanto comunidades culturalmente diferenciadas tornam-se sujeitos construtores de culturas e identidades próprias, sobretudo associadas ao seu modo de vida tradicional, exigindo uma leitura de cultura e identidade apropriadas às suas especificidades. Lander (2005, p. 14-15) afirma que o contexto Latinoamericano está imbuído em leituras universalistas nas ciências sociais, de forma eurocêntrica, que mais do que invisibilizar suas cosmovisões, servem-lhes da busca por uma superação de seus traços tradicionais, à imagem e semelhança das sociedades liberais e industriais. Para este autor,

Ao naturalizar e universalizar as regiões ontológicas da cosmovisão liberal que servem de base a suas construções disciplinares, as ciências sociais estão impossibilitadas de abordar processos histórico-culturais diferentes daqueles postulados por essa cosmovisão. Caracterizando as expressões culturais como tradicionais ou pré-modernas, como em processo de transição em direção à modernidade, nega-se-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade. (LANDER, 2005, p. 15)

Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa adquire uma abordagem qualitativa de análise, por buscar estudar e compreender a cultura dos pescadores artesanais do ponto de vista dos próprios pescadores e os fenômenos sociais e culturais que estão construindo, atentando-se para os aspectos de suas tradicionalidades, sem, no entanto, entendê-los como ultrajados, ou em vias de desaparecimento. De acordo com Heidrich (2016, p. 22),

Por pesquisa ou metodologia qualitativa, pode-se compreender a prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo.

A partir disto, surge a necessidade de uma reinvenção dos caminhos para uma compreensão contemporânea e sensível aos sujeitos pesquisados. Esta etapa inicia com o traçar de uma rota teórica possibilitada pela literatura. Para o levantamento de dados desta análise, realizou-se, assim, uma pesquisa bibliográfica acerca das temáticas envolvidas (LIMA; MIOTO, 2007).

Além do embasamento teórico, propôs-se etapas de observação participativa (ALONSO, 2017) e um trabalho de campo (SUERTEGARAY, 2017), a partir de coleta e registros de narrativas e depoimentos obtidos campo, em que “se obtém com a anotação em diário, a fotografia, o relato de entrevista ou gravação e a escuta das pessoas do lugar ou seus interlocutores” (HEIDRICH, 2016 p. 27). Nestas ocasiões, realizou-se o trabalho de campo em quatro localidades pesqueiras de São José do Norte: Quinta Secção da Barra, Capivaras, Barranco e Várzea no período de dezembro de 2022 e maio de 2023, com o intuito de estabelecer um diálogo com as comunidades pesquisadas.

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PESCADORES ARTESANAIS

A partir do início dos anos 2000 observa-se uma preocupação maior na gestão dos recursos naturais, que levou a novas normas e leis para o enquadramento da pesca artesanal e o uso dos recursos ambientais, em especial, destacado na Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004, que torna o Brasil signatário da Convenção de número 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tratativa sobre Povos Indígenas e Tribais, e

Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2004). Este documento reconhece a importância das comunidades tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais e orienta aos países a adotarem estratégias de preservação desses povos, em escala global, ante aos avanços da super exploração dos recursos ambientais na contemporaneidade.

E, com base nesta legislação, no contexto brasileiro, tem-se o Decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Lei n. 11.959 de 29 de Junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, estas últimas de caráter regulatório, que restringe quanto ao uso e exploração dos recursos naturais, de forma a salvaguardar o desenvolvimento sustentável de tais ambientes, bem como a manutenção dos modos de vida e culturas próprias (BRASIL 2007; 2009), que apresentam ainda alguns desafios no reconhecimento das comunidades tradicionais de pescadores como tais.

O decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 traz em sua redação uma compreensão no que se entende, como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo 3 como,

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, n.p.)

Tais comunidades tradicionais englobam tanto os povos indígenas e quilombolas, mas também ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais, que mantêm uma visão tradicional no modo de se relacionar com o território, associados a modos de produção pré-capitalistas.

As comunidades tradicionais, nesta pesquisa, enfatizam os pescadores artesanais como povos tradicionais. Os pescadores artesanais são compreendidas enquanto grupos sociais, com peculiaridades de uso e manejo sustentável do/no ambiente, mas também, enquanto culturalmente diferenciados, dada a relação peculiar com a natureza, em que se desenvolvem práticas culturais que lhes são próprias, e transmitidas por gerações (DIEGUES, 2004). O autor defende que,

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos (DIEGUES, 2004, p. 18).

Parte dessa diferenciação cultural e associação específica com a natureza é marcada pela presença de saberes tradicionais que lhes são específicos, em que, “em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos” (DIEGUES, 2000, p.15).

De acordo com De Paula (2019, p. 45) o que define ser pescador artesanal não cabe no conjunto de critérios estabelecidos na legislação. Para ele, estes são sujeitos de direitos individuais e coletivos que desenvolvem a pesca como principal fonte de renda, portanto, que “estão inseridos nas diversas atividades que compõem a pesca artesanal”, e que podem se autodeterminar a partir de saberes e fazeres aprendidos no âmbito comunitário, no ambiente, por meio de relações e vínculos familiares, “por meio de interdependência econômica, ambiental e cultural, entre outras, que se estabelecem no território tradicional”, de forma inseparável “ao seu modo de viver, cuja noção de autonomia e liberdade são característicos”.

Diegues (2004, p. 90) também defende,

Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade (grifos do autor).

No contexto da pesca artesanal, alguns autores como Diegues (2004; 2008), De Paula (2018; 2019) argumentam acerca de alguns elementos constitutivos da complexidade envolvida na compreensão da

temática de interface entre cultura e comunidades tradicionais de pescadores: destacam a dimensão da tradicionalidade e dos conhecimentos tradicionais; a peculiaridade na relação com a natureza e o conhecimento construído nesta relação; a dimensão territorial e a composição comunitária dos seus espaços de uso, apropriação e existência; a importância e centralidade das relações familiares; a presença de valores, crenças, mitos e simbolismos associados ao modo de vida e atividade laboral, sobretudo, associados à figura do mar e sua imprevisibilidade; a escala produtiva e o caráter de subsistência, no geral, associados à pequena escala de produção e baixa rentabilidade econômica.

Diegues (2004; 2008), Diegues e Arruda (1999) e De Paula (2019) introduzem elementos que possibilitam pensar sobre a definição de ser pescador através dos próprios, onde a cultura, a tradicionalidade, os saberes, os vínculos familiares, a autonomia e a liberdade se colocam como importantes, mas também a luta por reconhecimento, acesso a direitos e existência territorial. Além disto,

A pesca artesanal não depende apenas da posse de condições materiais necessárias à sua realização. O ato de saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individualmente ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza (CUNHA, 1988, p. 57 apud RAMALHO, 2006, p. 105)

Com base nestas contribuições teóricas, o conhecimento tradicional, o saber fazer e ser pescador artesanal, constitui um importante código cultural, de ordem imaterial, para essa investigação. Destes descendem materialidades e outros relevantes códigos culturais para a compreensão da cultura e da identidade cultural.

CULTURA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO: O CONCEITO DE CÓDIGOS CULTURAIS

A gênese do conceito de cultura é social, uma invenção ou proposição conceitual humana. Cucho (2002) expõe que é uma visão de mundo associada à necessidade de compreender as relações que as sociedades estabeleciam com a natureza, sobretudo, promovidas pela visão francesa dos séculos XVII e XVIII.

Com o despontar da ideia de progresso e ciência no período histórico do Iluminismo, na França e na Europa de modo geral, e a emergência de uma sociedade burguesa moderna, o conceito de cultura, remontado à expressão latina "colere" associa-se à ideia de cultivar, enquanto processo, mais especificamente um cultivar da mente, passando a aproximar-se do entendimento de civilização (CUCHE, 2002). Este estabelecimento, inclui-se em um amplo plano que designa a evolução da humanidade em direção ao esclarecimento e racionalidade, um cultivar de si, relacionando o conceito ao aprimoramento pessoal, ou mesmo, a "soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade" (CUCHE, 2002, p.18), desempenhando um papel crucial na criação dos adjetivos como "culto" e "inculto" e na própria conceituação de "cultura", com forte influência do pensamento iluminista francês, em oposição à vida tradicional (CUCHE, 2002).

A ideia de cultura, assim, mantém-se como conceito analítico para compreender estas relações entre natureza e sociedade. De acordo com Eagleton (2005), o conceito de cultura marca uma oposição com a natureza, visto que se buscava o distanciamento do primitivo, tradicional e seus modos de vida. Para ele, "Se cultura significa a procura activa de crescimento natural, a palavra sugere, então, uma dialéctica entre o artificial e o natural, aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz" (EAGLETON, 2005, p.14).

Para Meneses (1999) esta relação está descrita, entre outras coisas, pela capacidade da espécie humana em atribuir sentido e valor às escolhas que faz em relação à natureza. Essas escolhas diferem-se entre os grupos sociais, que se vinculam com condições ambientais e naturais similares de formas individualizadas. Para este autor, a adaptação das sociedades ao meio também é capaz de produzir novas necessidades para além das necessidades mais objetivas, ou seja, culturalmente. Ele afirma que as adaptações às mesmas condições ambientais assumem diferentes rumos entre grupos distintos, que atribuem valores simbólicos as suas práticas que, por consequência, recriam novas necessidades a sua relação com o meio, logo, "a natureza das necessidades, das sociedades humanas, não é dada integralmente pela natureza, mas instituída em

contextos específicos e como decorrência de escolhas e seleções” (MENESES, 1999, p. 92. grifos do autor).

Inserindo-se a dimensão espacial, categoria privilegiada nos estudos da ciência geográfica, concorda-se com o conceito de cultura proposto por Claval (2007). De acordo com o autor, retoma-se a cultura enquanto uma dimensão da mediação dos homens com a natureza. Para ele, a composição cultural resulta como uma herança e tradição, dos repasses de conhecimentos, valores e práticas, tramada através de um jogo comunicação e memória entre o grupo social, que se estabelece também nas palavras, nos discursos, na representação e em apegos simbólicos e territoriais, que pode ser visualizada por intermédio de suas representações e seus códigos.

A importância de observação destes códigos culturais se dá na medida em que compreende-se que a continuidade de uma cultura se dá a partir de sua representação e identidades, visando a transmissibilidade e defesa, em direção a sua manutenção e retroalimentação (WOODWARD, 2014). Para esta elucidação, toma-se por base as contribuições de Brum Neto e Bezzi (2008), Caetano e Bezzi (2011), Brum Neto (2012), e Franz (2020) que apresentam o conceito de Códigos Culturais associados aos estudos culturais da Geografia, bem como Claval (2007), cujos estudos influenciam tais obras.

Os pressupostos de tal escolha conceitual reforça-se pela visibilidade da cultura expressa no território a partir da materialidade de símbolos que “permitem a sobrevivência de um grupo cultural e têm como resultado a organização de um Espaço que se torna característico via materialização dos códigos que compõem esta cultura”, sendo conceituados por Paul Claval como “códigos culturais” (BRUM NETO, BEZZI, 2008, p. 255). Decifrar e interpretar os códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e crenças que orientam suas atitudes e ações.

Tais dinâmicas são repetidas maquinaalmente como um padrão orientador comum (BRUM NETO, BEZZI, 2008), em que a cultura, mediada pelos códigos, é representada e materializada, assim, no território, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais, estabelecendo às identidades culturais uma dimensão territorial, e podem ser entendidos como elementos os quais permitem a sua compreensão.

Brum Neto e Bezzi (2008) defendem que a manutenção e expressividade da cultura exige uma base material em que se expressam esses códigos representativos e que possibilita uma vinculação mais íntima dos sujeitos que compartilham daquela cultura a sua expressão. Para elas essa decodificação da cultura, pressupõe,

[...] sua análise em partes, onde cada código é visto separadamente, como um aspecto representativo da cultura, mas em conjunto, os códigos respondem a sua totalidade: O que é a cultura? Como ela é? De que forma ela se manifesta? Quais são as suas principais características distintas? (BRUM NETTO, BEZZI, 2008, p. 255)

Assim, os códigos culturais podem ser classificados, entendendo a sua dissociabilidade, em dois tipos: materiais e imateriais. Os códigos materiais são aqueles que são perceptíveis através do toque, da visão ou dos sentidos, como a arquitetura, o vestuário típico, a arte, a gastronomia e a música. Por outro lado, os códigos imateriais são aqueles que não podem ser vistos ou tocados, como as crenças, valores, ideologias e convenções. Ambos os tipos de códigos culturais desempenham um papel importante na identificação e transmissão da cultura em um determinado território (CAETANO e BEZZI, 2011).

Claval (2007) argumenta que a comunicação e a linguagem é central na transmissão da cultura entre os indivíduos que a compartilham. Sem limitar-se à escrita, visto que tal modo de comunicar e representar a cultura se coloca como privilégio de apenas alguns grupos, o autor situa que a transmissibilidade de práticas, valores, e demais informações referentes ao modo de ser e agir em comunidade também é realizado por outros mecanismos de comunicação, como em gestos, movimentos corporais, e a oralidade. Neste contexto, as culturas adquirem mecanismos próprios de repasse de seus conhecimentos, e a linguagem, seus sistemas de comunicação, tornam-se um código, neste caso linguístico, que possibilita essa diferenciação entre culturas distintas.

Para Claval (2007) e Brum Neto e Bezzi (2008) a representação por intermédio da linguagem e da comunicação insere elementos de ordem imaterial que podem ser repassados gerando outros códigos culturais: os valores, as crenças, os mitos, as convenções, as ideologias, como ideias construídas e partilhadas entre os membros de um grupo social. Para esta vertente de análise, mais do que reforçar e transmitir conhecimentos de ordem prática e laboral, a linguagem e a comunicação entre os membros de uma comunidade estabelecem valores e apegos de significado aos elementos constitutivos, sejam materiais ou imateriais. Brum Neto (2012), argumenta que

A importância dos códigos imateriais reside na sua capacidade de organização do pensamento, ou seja, a materialidade do território parte da sua idealização, das normas, das condutas, dos princípios, enfim, o que é relevante se materializa na organização territorial (BRUM NETO, 2012, p. 103).

Assim, ressalta-se a potência da imaterialidade nas construções simbólicas imperantes para a constituição identitária e territorial de uma cultura em determinada comunidade (BRUM NETO; BEZZI 2008; BRUM NETO, 2012). A imaterialidade da cultura compõe essa dimensão de significados que são atribuídos aos elementos materiais.

OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS COMO CÓDIGOS CULTURAIS IMATERIAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Para Claval (2007), existem diferentes formas de se relacionar com a natureza, nos modos de reconhecer o meio físico, orientar-se nele, marcar, recortar e institucionalizar, para uso e apropriação. O autor (2007) argumenta que essas culturas desenvolvem formas de observar e compreender a natureza de forma a transformá-la como parte da sua composição de saberes e práticas, como exemplo, cita-se que uma formação vegetal, ou rochosa, que para outra cultura se homogeneiza na paisagem, ou mesmo um vazio aparente, para a referida cultura pode representar um local de cuidado e atenção por conter algum perigo, ou simbolizar um local estratégico para o uso e atividade laboral.

Inicia-se, assim, com uma das dimensões apresentadas por Diegues (2004; 2008) e De Paula (2018; 2019), que trata da pesca artesanal na composição de fazeres e práticas no desenvolvimento de suas culturas, modos de vida, e relação com a natureza. Esses conhecimentos que são cruciais para a manutenção da atividade pesqueira, e que não são apreendidos em manuais, textos escritos, ou cursos profissionalizantes, mas se desenvolvem no cotidiano e são repassados pela oralidade, pelos gestos, pela observação, de forma comunitária e geracional.

Reforça-se que, para Claval (2007) e Brum Neto e Bezzi (2008), no âmbito dos códigos culturais enquanto representação da cultura, inserem-se elementos de ordem imaterial, com destaque aos conhecimentos, valores, crenças, e outros, que são construídos e partilhados, por meio da comunicação e da linguagem oral, entre os membros de um grupo social, em seus diferentes modos de se relacionar com a natureza e em comunidade.

No trabalho de campo realizado à localidade da Várzea, em dezembro de 2022, questionando aos pescadores locais sobre como é possível reconhecer quando o dia é propício para a pesca na Lagoa dos Patos, o fator "sorte" é comentado, não uma sorte desvinculada de saberes e conhecimentos, mas relacionados à observação de fatores que evidenciam a qualidade do ambiente para a pesca, como a água, o clima e o tempo: começando pela influência das chuvas e do vento na incursão de água marinha no estuário. Nas palavras de Valter, pescador aposentado: "quando chove muito nessa época, no arroio de Pelotas desce uma água barrenta, doce", que não é propícia ao desenvolvimento das larvas do camarão, que exige que a água esteja salinizada.

A salinidade da água, para este pescador, está associada aos elementos climáticos e hidrodinâmicos, pois dependem da incursão de água marinha (do Oceano Atlântico) na Lagoa, e, para os pescadores, a observação não precisa e/ou não depende de instrumentos tecnológicos para seu reconhecimento. Para eles, é

fácil conhecer a salinidade da água na Lagoa, nas palavras de Valter, “Ela espuma”, “é mais verde”, “água doce é turva, amarelada”, e, com dúvida, pode-se fazer um teste de gosto, provando um pouco direto do mar, através do paladar.

A forma como citam a obviedade destes e outros conhecimentos construídos empiricamente no desenvolvimento de suas atividades, e na tentativa de fazê-los parecerem simples conhecimentos de senso comum, ou seja, saberes comuns à todas as pessoas, são pontos de atenção, visto que situa uma singularidade cultural destes pescadores. Os ventos e o tempo também são relevantes, e na atualidade, associado ao uso do celular e da internet, presente nas localidades e usados por alguns pescadores, possibilita obter também previsões do tempo, importantes para evitar acidentes no mar, ainda que não substituam os conhecimentos tradicionais alcançados diariamente pela observação.

Estes conhecimentos são compreendidos por De Paula (2019) como conteúdos transmitidos pela oralidade da cultura, e supera algumas dicotomias como saber-fazer, e sociedade-ambiente, visto que se apresentam como indissociáveis. O conhecimento tradicional para este autor se coloca como um “poder” que concerne a tais pescadores estratégias de apropriação e resistência ao uso e existência do/no território, sem o qual estes não existiriam.

Na dimensão de saberes-fazer cabe destacar os procedimentos descritos como pré-captura (construção, organização e reparos dos materiais da pesca, como barcos e redes), captura do pescado (procedimentos no mar, do lançar as redes ao colher e retirar os pescados), e pós-captura e beneficiamento (das técnicas de conservação, limpeza e comercialização) (DE PAULA, 2019). Em termos gerais, há relações de trabalho com certa organização, integração e separação de funções que são estabelecidas na gestão do ofício destes pescadores, que são construídas a partir destes saberes tradicionais, no domínio da atividade (DIEGUES, 2000; DE PAULA, 2019). Tais conhecimentos podem ser repassados e aprendidos por quem quer que se aventure a adentrar no território pesqueiro fazendo-se membro, dependendo da imersão direta na cultura e absorvendo a aprendizagem na transmissibilidade oral, e nas observações cotidianas.

Na localidade da Quinta Secção da Barra, nas sucessivas visitas que ocorreram no período do trabalho de campo, também foram tecidos diálogos com os pescadores que apresentam a dimensão dos saberes-fazer tradicionais locais. Nesta localidade, a presença marcante da pesca de nível industrial não anula a contribuição dos pescadores artesanais por seus conhecimentos singulares. De acordo com Roberto (de apelido Betão), nas gerações mais novas, é difícil encontrar “proeiros” qualificados e dispostos à prática pesqueira. Similarmente, Lisandro, outro pescador local, nos cita que o ofício e o conhecimento na produção de redes de pesca, conserto de embarcações também são importantes e estão em vias de desaparecimento, visto que exigem o repasse e o ensinamento dos mais velhos, e o interesse dos mais novos em aprender.

Lisandro comenta que foi ensinado por seu pai a tecer e remendar as redes de pesca. Na época em que foi ensinado, era motivo de orgulho aprender o ofício antes mesmo da adolescência, e cita que seu pai o levava até os galpões de pesca para mostrar aos demais o feito de seu filho, tão jovem já apropriado dos conhecimentos da pesca artesanal. Os conhecimentos aprendidos na época se mantêm, com a adição de novos conhecimentos e práticas adquiridas com o passar dos anos.

Na figura 1, registram-se duas fotografias que apresentam um conjunto de elementos observados em campo. Observa-se a organização dos flutuadores usados nas redes de pesca. No formato de “boias”, popularmente conhecidas como “cortiças”, estes materiais proporcionam à rede de pesca a sua flutuação na água. O que se frisa de tal observação é a construção de um conhecimento quanto à escolha, uso e manejo deste material para a construção dos equipamentos de pesca, que, de acordo com Adilson, pescador da Localidade do Barranco, dependerá do tipo de pesca e da rede.

A pequena rede destacada se reveste de conhecimentos específicos. Seu cabeamento, ou seja, as cordas que constroem o formato da rede, costurando suas malhas, é composta de elementos materiais escolhidos a partir de um saber-fazer associado às características naturais do ambiente em que será empregada. A rede em questão, em seu tamanho pequeno, de “menos de uma braça de altura”, como afirma

Adilson, foi mencionada como um utensílio de uso para subsistência, colocadas “no baixo” para capturar peixes para as refeições do dia-a-dia. À exemplo desta, muitas outras emergem das necessidades específicas de cada sujeito, na adaptação dos conhecimentos adquiridos, às novas demandas de cada contexto cotidiano.

Figura 1: Fotografias de materiais usados na produção das redes de pesca e exemplo de rede de pesca



Fonte: Registros do autor, em campo, em 19 de maio de 2023. Barranco, São José do Norte/RS.

Para Diegues (2004, p. 31-32) o conhecimento tradicional na pesca “é cumulativo durante gerações; é empírico, pois deve continuamente confrontar-se com o teste da experiência: é dinâmico, pois transforma-se em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas” e pode ser compreendido enquanto “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”, que, por conseguinte, “sustentam o funcionamento de sistemas de manejo comunitário e estão na base das decisões e estratégias de pesca dos pescadores artesanais”.

O limiar entre a materialidade, composta por códigos tangíveis como a própria rede, os elementos que a compõem, e a imaterialidade, no que concerne ao conjunto de saberes-fazeres associados ao domínio do conhecimento ambiental não é claro, mas se complementam: um não existe sem o outro. Para a compreensão mais global desta problemática considera-se a indissociabilidade destes elementos que o transformam em únicos, no contexto da cultura local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa levanta uma série de pontos de discussão relevantes. Ao longo do texto, foram abordadas questões sociais, culturais, identitárias e territoriais, destacando a importância da compreensão das lógicas culturais, sociais e históricas no contexto geral da sociedade, e em específico nas comunidades tradicionais pesqueiras. Tratando-se de culturas associadas à uma peculiaridade no que concerne a relação com a natureza, tais comunidades esbarram em dificuldades no reconhecimento de suas identidades culturais, sobretudo quando observadas a partir dos elementos imateriais.

No contexto de pesquisa em questão, o município de São José do Norte, no que tange a relevância cultural e histórica que a torna patrimônio imaterial, torna-se salutar o desenvolvimento de pesquisas com tal viés. Sendo assim, ao olhar a dimensão cultural, a composição de identidades territoriais, e sua compreensão por intermédio dos códigos culturais, essa pesquisa contribui no documentar tais elementos, dando maior clareza a tal dimensão, buscando mais do que descrever, mas situar as significações e os sentidos atribuídos pelos pescadores artesanais às suas práticas culturais cotidianas. Em tal contexto, apostou-se na abordagem dos códigos culturais como instrumento de compreensão dos processos de constituição das culturas para construção das identidades culturais e de seus patrimônios culturais.

A pesca artesanal, como atividade tradicional, desempenha um papel fundamental nas regiões litorâneas do Brasil, especialmente nas comunidades que dependem dela como fonte de subsistência ou

renda. Tratando-se de modos de vidas permeados de singularidades, e o avanço da ideia de modernidade, com significativos impactos na dimensão cultural, tais relações são ainda mais dificultadas. A cultura, a identidade, a tradicionalidade e o território pesqueiro esbarram em invisibilidades, desde a inadequação conceitual na leitura de tais realidades, mas, também, ao tratar-se de um tema ainda a ser explorado, sobretudo nas ciências sociais e na Geografia.

O conceito de cultura quando associado à busca pela superação da natureza e em direção a racionalidade e evolução produz invisibilidades às culturas cuja relação com a natureza é mais aproximada, como nas comunidades tradicionais. No contexto dos pescadores artesanais, tal questão se mostra através dos códigos culturais imateriais, com destaque aos conhecimentos tradicionais e os saberes-fazer. Assim, em busca do reconhecimento do patrimônio cultural, torna-se emergente a discussão de cultura que avalie as manifestações culturais que integram o conjunto de elementos que significam, simbolizam e identificam os pescadores. Neste sentido, tais análises direcionam a atenção para a valorização, reconhecimento e patrimonialização dos saberes-fazer e conhecimentos tradicionais que estão presentes na cultura dos pescadores artesanais, como a ampla compreensão da natureza e seus ciclos, bem como as suas expressões materiais no território.

A partir de tal compreensão, salienta-se para a centralidade que os elementos imateriais das culturas representam para os povos, visto que o apego afetivo e subjetivo, as relações interpessoais em nível comunitário, o repasse de saberes, hábitos, crenças, práticas, constituem um pilar sem o qual os bens materiais da cultura e suas paisagens culturais, não assumiriam significados reais para a constituição identitária, tornando-se apenas meros produtos.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelo; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS, Jaime (organizadores). **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais - Bloco Qualitativo**. CEBRAP, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004**. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm Acesso em: 14 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 10 out. 2017.
- BRASIL. **Lei n. 11.959, de 29 de Junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei n. 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 05/11/2022.
- BRUM NETO, Helena. **Os Territórios da Imigração Alemã e Italiana do Rio Grande Do Sul**. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. A materialização da cultura no espaço: os códigos culturais e os processos de identificação. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p.253-267, mai./ago. 2008.
- AETANO, Jessica Nene; BEZZI, Meri Lourdes. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 453-456, 2011.
- CLAVAL, Paul. O território na transição pós-modernidade. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

- CLAVAL, Paul. Nascimento e primeiros desenvolvimentos. In: CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3. Ed. Florianópolis: UFSC, 2007.
- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2ª Ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- DA SILVA, Anelino Francisco. Pesca artesanal: seu significado cultural. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 1, p. 142-159, 2009.
- DE PAULA Cristiano Quaresma. **Geografia (s) da Pesca Artesanal Brasileira**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. 451p.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. Geografia e Pesca Artesanal Brasileiras: Diálogos possíveis. In: DE PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, Catia Antonia da. (orgs.) **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. Volume 1. Belém, Ed. Gapta, 2019, p.23-56.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesca**. NUPAUB-USP, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.
- DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 1999. 211 p.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Unesp, 2005.
- FRANZ, Juliana Cristina. **Imigração e colonização alemã no Vale do Taquari/RS: as descontinuidades e as continuidades do processo de identificação territorial**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.
- HEIDRICH, A. L. "Método e metodologias nas pesquisas das geografias com cultura e sociedade", In: HEIDRICH, A. L. ; PIRES, C. L. Z. (Orgs.) **Abordagens e práticas da pesquisa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Letra 1, 2016, p. 15-33.
- LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Títulos del Programa Sur-Sur: CLACSO, 2005.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; ,MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007.
- MENESES, U. T. B. D. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Contexto, 1999
- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença [uma introdução]**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
- RAMALHO, C. W. N. "**Ah, esse povo do mar!**": um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas (SP): CERES, 2006. 175 p.
- SÃO JOSÉ DO NORTE. Lei Municipal nº 866, de 12 de novembro de 2019. Declara como patrimônio histórico cultural imaterial do município de São José do Norte a atividade da pesca artesanal. **Arquivo digital de Leis municipais – 2019** Disponível em: https://xadmin.s3.us-east-2.amazonaws.com/164/DocumentAssets/109740/images/original/lei_municipal_no_8662019.pdf Acessado em 07/11/22
- SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p.73-102.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas Sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Nº 25, 2005.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Trabalho de Campos e Geografia. In. **(Re)ligar a Geografia Natureza e**

Sociedade. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017.

VASCONCELOS, Marcelo; KALIKOSWKI, Daniela C. Incertezas e desafios na quantificação do número de pescadores artesanais: lições do censo da pesca artesanal no estuário. In: HAIMOVICI, Manuel; ANDRIGUETTO FILHO, José Milton; SUNYE, Patricia Sfair. **A pesca marinha e estuarina no Brasil, Rio Grande:** Editora da FURG, 2014. p. 41-53.

WOODWARD, Kathryn . **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2014. p.7-72.